

STJ00099170

Ligia Paula Pires Pinto Sica



# **DIREITO EMPRESARIAL ATUAL**



© 2014, Elsevier Editora Ltda.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Editoração Eletrônica: Mojo Design

Elsevier Editora Ltda.

Conhecimento sem Fronteiras

Rua Sete de Setembro, 111 – 16º andar

20050-006 – Rio de Janeiro – RJ

Rua Quintana, 753 – 8º andar

04569-011 – Brooklin – São Paulo – SP

Serviço de Atendimento ao Cliente

0800 026 53 40

atendimento1@elsevier.com

ISBN: 978-85-352-7729-6

ISBN (versão digital): 978-85-352-7730-2

Data de fechamento da edição: 25.02.2014

**Nota:** Muito zelo e técnica foram empregados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de digitação, impressão ou dúvida conceitual. Em qualquer das hipóteses, solicitamos a comunicação à nossa Central de Atendimento, para que possamos esclarecer ou encaminhar a questão.

Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoas ou bens, originados do uso desta publicação.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S567d

Sica, Ligia Paula Pires Pinto

Direito empresarial atual: empresa em crise e recuperação extrajudicial de empresas / Ligia Paula Pires Pinto Sica. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Elsevier, 2014.  
24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-352-7729-6

1. Direito empresarial - Brasil. 2. Sociedades comerciais - Brasil. 3. Títulos de crédito - Brasil. 4. Falência. 5. Sociedades comerciais - Recuperação - Brasil.  
I. Título.

CDU: 347.7(81)

13-07060	
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA	
Nº	DATA
13-07060	03/03/15

# Sumário

---

Nota da Autora .....	XVII
<b>Parte I – INTRODUÇÃO</b>	
<b>1. JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>1</b>
2. Hipótese e delimitação de abrangência .....	5
3. Metodologia e premissas .....	7
4. Apresentação do trabalho .....	11
<b>Parte II – RETRATO DO DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS</b>	
<b>1. EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO CONCURSAL .....</b>	<b>15</b>
1.1. Breves notas de Direito Romano .....	15
1.2. Breves notas de Direito Medieval .....	18
1.3. Desenvolvimento do Direito Concursal no Brasil .....	19
1.3.1. Introdução .....	19
1.3.2. A moratória do Código Comercial: origem da ideia de recuperação ...	20
1.3.3. O “acordo extrajudicial” de 1890 .....	29
1.3.4. A Lei 2.024/1908: a caneta de Carvalho de Mendonça e a mudança do sistema .....	31
1.3.5. O regime da concordata de 1945 .....	34
1.3.6. Algumas peculiaridades sobre recuperação de empresas antes da lei em vigor: o instituto da concordata .....	37
1.3.6.1. A “concordata branca” .....	39
1.4. O delineamento da recuperação extrajudicial no Projeto de Lei 4.376-B/1993 (da Câmara) e o <i>going concern value</i> .....	41
1.5. A Lei 11.101/2005 e a inserção da recuperação extrajudicial no ordenamento .....	48

**Parte III – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

<b>1. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL NO DIREITO BRASILEIRO</b>	<b>55</b>
1.1. Recuperação extrajudicial de empresas em crise, “meios de reorganização” de empresas e “meios preventivos extrajudiciais”	55
1.2. Instituto da recuperação extrajudicial na Lei 11.101/2005	58
1.2.1. Recuperação extrajudicial não homologada na Lei 11.101/2005	60
1.2.1.1. Natureza jurídica da recuperação extrajudicial não homologada	62
1.2.2. Recuperação extrajudicial homologada na Lei 11.101/2005	71
1.2.2.1. Procedimento de recuperação extrajudicial homologada oponível a todos os credores	72
1.2.2.2. <i>Par condicio creditorum?</i>	81
1.2.2.3. Natureza jurídica do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial	88
1.2.2.4. Natureza jurídica da sentença homologatória do plano de recuperação extrajudicial	90
1.2.2.5. Paralelo entre a imposição do plano a dissidentes e o parcelamento compulsório do CPC	96
1.2.2.6. Arapuã e Evadin: ilustração da importância da recuperação extrajudicial impositiva	98
1.3. Principais semelhanças e diferenças entre a recuperação extrajudicial homologada e a recuperação judicial	102
1.4. Recuperação extrajudicial na Lei 11.101/2005 e suas supostas limitações	110
1.4.1. Iniciativa para proposição de plano de recuperação extrajudicial	111
1.4.2. Natureza de créditos e possibilidade de repactuação	114
1.4.3. Aplicação prática do instituto e a compreensão de sua extensão	115
1.4.4. “ <i>Order for relief</i> ” e “ <i>Automatic stay</i> ”	119
1.4.5. Grau de risco jurídico da recuperação extrajudicial e o art. 131 da LRE	121
1.5. Casos de recuperação extrajudicial	125
1.5.1. Caso da 1ª Vara de Falências e Recuperações	129
1.5.2. Casos da 2ª Vara de Falências e Recuperações	132
<b>2. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL NO DIREITO ESTRANGEIRO</b>	<b>143</b>
2.1. Introdução	143
2.2. Direito norte-americano	144
2.3. Direito espanhol	152
2.3.1. Últimas alterações legislativas	152
2.3.2. Lei nº 22/2009 e o “ <i>convenio</i> ”	154
2.3.3. Real Decreto-Ley 3/2009	161

2.4. Direito francês .....	162
2.5. Direito português .....	170
2.6. Direito italiano .....	174
2.7. Direito argentino .....	179
<b>3. CLASSIFICAÇÃO CONCURSAL DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL .....</b>	<b>185</b>
3.1. Introdução .....	185
3.2. Procedimentos parafalimentares .....	186
3.3. Procedimentos pré-concursais .....	191
3.4. Procedimentos pré-falimentares .....	192
 <b>Parte IV – PARÂMETROS INTERPRETATIVOS</b>	
<b>1. EMPRESA, CRISE E RECUPERAÇÃO .....</b>	<b>197</b>
1.1. Adoção da teoria da empresa pela Lei 11.101/2005: o primado da preservação da empresa viável .....	197
1.2. Definição de “crise” e o valor social e econômico de sua superação .....	200
1.3. Causas e remédios .....	205
1.4. “Plano”, “justificativa” e viabilidade da empresa em crise na LRE .....	210
<b>2. PAPEL DOS TRIBUNAIS NO DELINEAMENTO DOS PARÂMETROS INTERPRETATIVOS .....</b>	<b>219</b>
2.1. Recuperação <i>extrajudicial</i> e parâmetros obtidos por <i>decisões judiciais</i> ? ....	219
2.2. Interpretação de lei nova e a jurisprudência consolidada .....	225
2.3. A jurisprudência que se antecipou à nova legislação .....	228
2.3.1. Considerações gerais .....	228
2.4. Justiça, desjudicialização e a recuperação extrajudicial .....	233
 <b>Parte V – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	
<b>1. BREVES CONSIDERAÇÕES PROPOSITIVAS PARA REFORMA DE LEGISLAÇÃO DE 2005 .....</b>	<b>241</b>
1.1. O Enunciado 57 .....	241
1.2. Acerto do Projeto de Osvaldo Biolchi .....	242
1.3. Homologação desnecessária e <i>automatic stay</i> .....	242
1.4. Responsabilidade sobre sucessão tributária .....	243
<b>2. CONCLUSÕES .....</b>	<b>245</b>
REFERÊNCIAS .....	249